



CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

PROVIMENTO Nº 17, DE 18 DE MAIO DE 2016.

Regulamenta o uso do Malote Digital como meio obrigatório de comunicação e de recepção/remessa de documentos entre as Serventias Extrajudiciais e órgãos/unidades do Poder Judiciário, bem como com as demais entidades cadastradas no sistema, revogando o Provimento CGJ/AL nº 01, de 06 de janeiro de 2016.

~~— O CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS EM SUBSTITUIÇÃO, no uso de suas atribuições legais,—~~

~~— CONSIDERANDO o preceituado no art. 5º, LXXVIII, da CF/88, onde se determina que todos seja assegurado a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação no âmbito judicial e administrativo, bem como as diretrizes decorrentes do princípio da eficiência albergado no art. 37 da CF/88;~~

~~— CONSIDERANDO o disposto no art. 7º da Lei 11.419/2006, que prevê que as comunicações entre órgãos do Poder Judiciário serão feitas, preferencialmente, por meio eletrônico, medida estendida aos serviços extrajudiciais;~~

~~— CONSIDERANDO o Provimento nº 25, de 12 de novembro de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, que regulamenta o uso do Malote Digital;~~

~~— CONSIDERANDO a economia, celeridade e eficiência alcançadas com a utilização do Malote Digital por diversos Tribunais; e~~

~~— CONSIDERANDO as metas traçadas no Planejamento Estratégico da Corregedoria-Geral da Justiça (2015-2020) e que a essa compete exercer o controle e a fiscalização dos Serviços Notariais e de Registros;~~

~~— RESOLVE:~~

~~— Art. 1º Fica estabelecida a utilização obrigatória do sistema MALOTE DIGITAL como meio obrigatório de comunicação e de recepção/remessa de documentos entre as Serventias Extrajudiciais e órgãos/unidades do Poder Judiciário, bem como com as demais entidades cadastradas no sistema.~~

~~— § 1º A verificação de recebimento de documentos e informações a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser feita diariamente.~~

~~— § 2º. O disposto no *caput* não se aplica às hipóteses em que for indispensável a remessa de documentos físicos.~~



CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

~~Art. 2º Os prazos previstos neste Provimento e nas disposições normativas quanto à matéria aqui tratada serão contados da data de visualização do Malote Digital~~

~~Parágrafo único. Em caso de não visualização do destinatário, a contagem do prazo iniciar-se-á após 72 horas do recebimento.~~

~~Art. 3º As informações enviadas pelo referido sistema deverão ser direcionadas ao setor competente, de acordo com as seguintes recomendações:~~

~~I – utilizar o navegador Mozilla Firefox;~~

~~II – digitalizar em único arquivo documentos referente a determinado assunto e/ou processo; e,~~

~~III – digitalizar os arquivos no formato “pdf”, único permitido pelo sistema.~~

~~Parágrafo único. Serão consideradas não recebidas as informações prestadas em desconformidade com este artigo.~~

~~Art. 4º Os documentos enviados por meio do Malote Digital deverão ser assinados física ou digitalmente.~~

~~Art. 5º Fica determinado aos servidores da Corregedoria Geral da Justiça que não recebam documentos impressos em papel, oriundos das Serventias Extrajudiciais, com exceção da hipótese prevista no § 2º, do art. 1º, deste Provimento, bem assim das situações arrolados no parágrafo único deste artigo.~~

~~Parágrafo único. Ocorrendo a remessa de expediente em papel a CGJ, os correspondentes servidores deverão proceder a imediata devolução ao remetente, em conformidade com o contido neste Provimento, prestando os esclarecimentos necessários, ressalvados os seguintes casos:~~

~~I – inoperância técnica do sistema, cuja respectiva justificativa deverá constar no expediente formulado;~~

~~II – documentos que devam ser enviados os originais, como certidões de nascimento, óbito e casamento; e,~~

~~III – recepção/remessa de expedientes oriundos de outros órgãos e de pessoas que não estejam vinculados ao sistema.~~

~~Art. 6º A Diretoria Adjunta de Tecnologia da Informação – DIATI oferecerá o suporte~~



CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

~~técnico necessário à utilização do sistema.~~

~~——— Parágrafo único. Os problemas técnicos e/ou operacionais *deverão* ser comunicados ao setor referenciado no *caput* deste artigo, por Malote Digital, conforme discriminado no ANEXO ÚNICO deste Provimento e, em casos de indisponibilidade desse sistema, por meio do endereço eletrônico suportemalote@tjal.jus.br.~~

~~——— Art. 7º A remessa/recebimento de expedientes em desatenção ao contido neste Provimento deverá ser levada ao conhecimento do Corregedor Geral da Justiça, para adoção das medidas administrativas cabíveis.~~

~~——— Art. 8º Este provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Provimento CGJ/AL nº 01, de 06 de janeiro de 2016.~~

~~——— Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.~~

Desembargador **OTÁVIO LEÃO PRAXEDES**
Corregedor Geral da Justiça em substituição



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

~~ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 6º, DO PROVIMENTO Nº 17, DE 18 DE MAIO DE 2016~~

Malote Digital - Mozilla Firefox

Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Poder Judiciário do Estado de Alagoas Malote Digital Zimbra: Entrada

www4.tjal.jus.br/malotedigital/goto.jsf

Mais visitados Primeiros passos Galeria do Web Slice HotMail gratuito Personalizar links Windows Media Windows

Diogo Galvão Cavalcante (Serventia Extra Judicial - T.JAL) :: 25/04/2016

Economia Página Inicial Fazer Logoff

DOCUMENTOS

- » Não Lidos
- » Enviar
- » Lidos
- » Enviados
- » Últimos Lidos
- » Últimos Enviados

RECIBOS

- » Enviados e Lidos
- » Enviados e Não Lidos

RASTREABILIDADE

ÚTEIS

- » Visualizar Manual
- » Dúvidas Frequentes
- » Acessar Notificador
- » Status Tribunais
- » Lista de Contatos Responsáveis pelos Tribunais

Envio » Seleção de Destinatários

Tipo de documento Selecionado: Administrativo

Destinatários

- » Conselho Nacional de Justiça
- » Justiça Eleitoral
- » Justiça Federal
- » Justiça Militar Estadual
- » Justiça Militar da União
- » Justiça do Trabalho
- » Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios
- » Superior Tribunal de Justiça
- » Supremo Tribunal Federal

Tribunal de Justiça de Alagoas

- » 01 - Tribunal de Justiça
 - » 1ª Câmara Cível
 - » 2ª Câmara Cível
 - » 3ª Câmara Cível
 - » APMP
 - » Câmara Criminal
 - » DAAJUC
- » Direção Geral
 - » Diretoria Adjunta de Gestão de Pessoas - DAGP
 - » Presidência
 - » Seção Especializada Cível
 - » Secretaria Geral
 - » Seção de Informação
- » 02 - Corregedoria Geral de Justiça (CGJ)
- » 03 - Comarcas
- » 04 - Cartórios Extrajudiciais
- » Comitê Gestor de Doações - CNJ

Malote Digital 1.8.6.4 em 24/11/2015

Poder Judiciário

Iniciar Item 2.8 - Comunica... Malote Digital - Mozili... Minuta do Malote Digi...

14:56